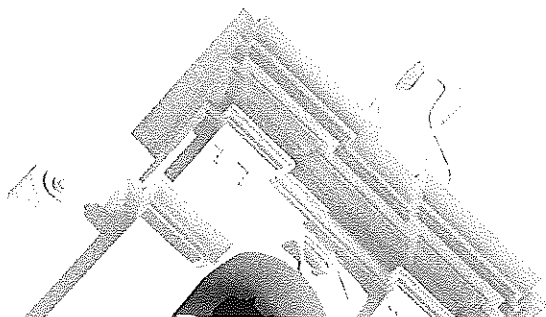




município
tavira

Ata nº 5

30 de setembro de 2014

ATA NÚMERO CINCO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE _____

---Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
2. Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento 2014 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.; _____
3. Apreciação do Relatório de Contas do 1º semestre de 2014 do Município de Tavira; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 161/2014/CM, referente ao Regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia – versão final; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 163/2014/CM, referente ao Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado liberalizado, ao abrigo do Acordo Quadro da CC – AMAL – Lote 5 Lote compilado (BTN, BTN-IP) – relatório final – Decisão de adjudicação e assunção de compromissos plurianuais; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 164/2014/CM, referente ao Ajuste direto para a contratação de serviços de comunicações móveis de voz e dados terrestres – Assunção de compromisso plurianual; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 165/2014/CM, referente à Atribuição de apoio à Freguesia de Tavira (Santiago e Santa Maria) – reparação de máquina niveladora; _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 166/2014/CM, referente ao Contrato-programa para a Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira. _____
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 170/2014/CM, referente à 10-Emp/14 – Reformulação do sistema solar térmico nas piscinas municipais de Tavira – Assunção de compromisso plurianual. _____



----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Ângelo Filipe Silva Pereira, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Dinis Manuel da Palma Faísca, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, Joaquim José Brandão Pires, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaíde Jesus, Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges e Sílvia Alexandra Sanches Soares. _____

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. _____

----O Membro Sílvia Edgar Assis Fernandes solicitou a substituição tendo sido substituído por Maria João Teixeira Dias Anjos. _____

----Os Membros João Eduardo Silva Trindade, Cristela da Cruz Pereira Martins e Filipe Vasquez do Nascimento Neto Lopes solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes; Sandra Maria Costa Justo Mendonça e Vítor Manuel Lopes Carrasco Bota Palmilha, substituído por Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa. _____

----Verificando que se encontravam presente os vinte e sete membros, o Presidente da Assembleia dirigindo-se particularmente ao público, começou por efetuar uma ressalva dado se ter verificado um lapso no edital sendo que onde constava que a sessão terminava com um período de intervenção do público, tal não tinha que se verificar pois o público podia intervir noutra altura, depois de solicitar a sua inscrição, caso a mesa deliberasse que aquele período seria no período de antes da Ordem do Dia ou no fim da Ordem de Trabalhos. _____

----Depois, e antes de passar a outro tipo de informações, pretendia solicitar e propor à votação a integração de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, o que se encontrava previsto na Lei 75/2013 e no Regimento daquela Assembleia, sendo que nas sessões ordinárias podiam ser tratados assuntos não incluídos na Ordem do Dia desde que dois terços do número legal dos seus membros reconhecessem a urgência da sua deliberação imediata. _____

----Tratava-se de uma proposta que tinha sido apresentada na Reunião de Câmara realizada naquele mesmo dia e que versava sobre a assunção de compromisso plurianual, por conseguinte repartição de encargos, para o Sistema Solar Térmico das Piscinas. Verificando que nenhum dos presentes se

pretendia pronunciar, colocou à votação a integração daquele novo ponto que se constituía como o ponto número nove da Ordem de Trabalhos, cuja integração foi aprovada por unanimidade. A Ordem de Trabalho passaria a ter nove pontos, sendo que iria ser distribuída a documentação relativamente ao ponto aditado. _____

----O Presidente da Assembleia continuou referindo que entre a última reunião ordinária da Assembleia Municipal e aquela, se tinha realizado uma reunião alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pelo que, solicitava à Membro Maria José Mestre que efetuasse um pequeno resumo do que tinha acontecido. _____

----A Membro Maria José Mestre referiu que tinha participado na reunião em substituição da Membro Ricardina de Jesus. A reunião tinha-se realizado na Fundação Irene Rolo tendo-se apercebido que existia uma rotatividade relativamente ao local onde era realizada, numa Instituição Social. _____

----Tinha-se iniciado com uma visita pormenorizada às instalações da Fundação que tinha apreciado bastante tendo tomado conhecimento do trabalho exemplar que ali era realizado com um público tão diferente e difícil. Tinha sido apresentado o interlocutor do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores junto da Comissão, tendo estado representados o Gabinete de Apoio à Vitima de Tavira e Ministério de Educação e Ciência. _____

----Foi abordado o Plano Local de Promoção e Proteção e nesse mesmo dia acontecia a Feira da Juventude onde a CPCJ participava, entre muitas outras Instituições. Foram referidas várias iniciativas desportivas e culturais que tinham envolvido jovens, famílias e professores que integravam o Plano de Promoção e Proteção. Tratou-se de uma reunião que tinha contado com muitas presenças. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que iam continuar com o período de antes da Ordem do Dia, pelo que, queria informar que tinha chegado à mesa, dentro dos prazos previstos, dois votos de pesar e duas moções apresentadas pelo grupo do PS – Partido Socialista e que solicitava à bancada que fizesse o favor de as apresentar. _____

----O Membro José Graça mencionou que, primeiramente gostava de solicitar à mesa que retirasse a proposta de moção relativa à requalificação da Estrada Nacional - EN125 no Concelho de Tavira dado que, posteriormente à sua apresentação tinham tomado conhecimento da realização de uma reunião, que já há muito estava agendada embora sem data, entre a EP – Estradas de Portugal e a CMT – Câmara Municipal de Tavira onde algumas das dúvidas colocadas na moção tinham sido totalmente esclarecidas. _____

----Seguidamente, disse que gostavam de apresentar dois votos de pesar que posteriormente seriam votados em separado e que se referiam ao desaparecimento do convívio público de dois ilustres cidadãos tavirenses que tinham desempenhado funções autárquicas no Município em diversas fases da história da democracia portuguesa. Em primeiro lugar, por se tratar do cidadão mais idoso, Vitalino José dos Reis Silva, natural de Santa Luzia, que tinha integrado a Comissão Administrativa da CMT entre outubro de mil novecentos e setenta e quatro e a tomada de posse da primeira Câmara

Municipal democraticamente eleita após a revolução de 25 de Abril. Em segundo lugar, falecido na mesma data, o cidadão tavirense Vítor Manuel Castela Alexandre sobejamente conhecido de todos os que integram aquela Assembleia, militar de Abril, empresário destacado no Concelho e também autarca que integrou a bancada do PS no mandato de mil novecentos e noventa e três a mil novecentos e noventa e sete. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia intervir relativamente aos votos de pesar, que não se verificando, informou que iria coloca-los à votação, individualmente. _____

----O voto de pesar pelo falecimento do cidadão Vitalino José dos Reis Silva foi aprovado por unanimidade, encontrando-se o documento anexado à presenta ata como documento número um. _____

----Colocado a votação o voto de pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Castela Alexandre, anexado como documento número dois, foi o mesmo aprovado por unanimidade. _____

----Sendo que uma das moções tinha sido retirada, devolveu a palavra à bancada do PS para que se referisse à moção sobre a Manutenção do Regimento de Infantaria nº 1 em Tavira. _____

----O Membro José Graça disse que se dispensava de apresentar o teor da moção conforme estava lavrada. Considerava que tanto o texto como os considerandos eram alvo de ampla unanimidade não apenas na cidade de Tavira e no Concelho mas em toda a região do Algarve, cuja CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve também já tinha tomado posição tendo oficiado o Presidente da República, alguns órgãos de soberania e o Chefe do Estado-Maior do Exército no sentido de esclarecer a informação que circulava nos meios castrenses, mas também na sociedade de Tavira, sobre a potencial retirada do Regimento de Infantaria nº1 da cidade. _____

----Ao longo dos últimos anos, desde a sua instalação no Algarve, o Regimento de Infantaria nº 1 tinha vindo a desenvolver continuamente uma atividade realmente relevante, não apenas no exercício da sua missão específica de unidade do exército português, mas também de entidade integrada na comunidade tavirense e na comunidade regional através do desenvolvimento de inúmeras manifestações culturais que tinham vindo a ser desenvolvidas ao longo dos últimos seis anos como era exemplo a exposição "*Liberdade e Coerência Cívica – o Exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa*" que recentemente tinha estado patente e versava sobre a vida e obra do Tenente Coronel Melo Antunes, figura reconhecida da Revolução de Abril. Também se destacava o desempenho do Regimento não apenas em Tavira mas em todo o Algarve, assumindo um papel de agente de proteção civil e braço armado na área da prevenção e defesa da floresta contra incêndios, também em Monchique, Loulé, Castro Marim, São Brás de Alportel, e colaborando com os municípios, com o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas que, como era do conhecimento de todos, careciam de meios para garantir o cumprimento da sua missão sendo o Regimento de Infantaria nº 1 a assumir esse papel. _____

----Nesse sentido, propunham que a Assembleia Municipal manifestasse a sua posição quanto àquela medida, no caso de se vir a concretizar, em defesa do bem-estar e salvaguarda da população do



Algarve. Por outro lado, solicitar e propor ao Ministério da Defesa Nacional que fosse equacionada outra solução face às relevantes mais-valias que a presença do Exército representava para a região do Algarve, nomeadamente através da colocação da engenharia militar com carácter de permanência para que com maior prontidão fosse possível responder às necessidades comprovadas e sentidas transversalmente na região. _____

----Tratava-se de uma proposta para o caso de se vir a concretizar a retirada do Regimento de Infantaria nº 1 mas também pela necessidade que a região presentemente sentia. Todos os anos a engenharia militar entrava em contato com os municípios da região propondo-lhes a realização de serviços, de acordo com uma tabela de custos devidamente aprovada superiormente, mas que no caso do Algarve, não se verificava por parte de nenhuma das unidades de engenharia militar já que nenhuma estava sedeadada na região sendo por isso os custos agravados de forma muito pesada com um conjunto de despesas inerentes à deslocação das unidades que, presentemente, se encontravam sedeadas em Lisboa e em Espinho. Era pois, no sentido de propor a consolidação do papel do Regimento de Infantaria nº 1 de Tavira e a presença do Exército no Algarve, mas também no reforço da presença existente através da dotação da unidade militar com os meios de engenharia militar para colaborarem na missão muito especial de defesa da floresta contra incêndios. _____

----A Membro Muriel Dias referiu que relativamente àquela moção apenas gostava de dizer que a bancada do MT/PSD – Movimento por Tavira/Partido Social Democrata se iria abster porque face ao exposto e atendendo a se tratarem de rumores não podiam tomar partido, já que não estava por base rigorosamente nada em concreto. _____

----O Membro João Carvalho declarou que com rumores ou sem eles iria votar contra por considerar que o Quartel de Tavira, que já em tempos tinha estado abandonado por uma questão de quezílias talvez político-militares, tinha voltado a ser ocupado apenas para confrontar o anterior Presidente da Câmara Municipal. Tinha sido uma aposta do Município que considerava perdida sendo que os meios e verba que consumiam podiam perfeitamente ser canalizados para meios de salvamento que eram muito necessários, para os Bombeiros, sendo uma verba que poderia ser utilizada de outra forma. Quanto ao imóvel ficaria disponível para a aplicação de outro tipo de investimento que trouxesse mais-valias para Tavira. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que relativamente à moção, o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, Membro José Mateus, pretendia intervir visto aquele assunto também ter sido alvo de moção em Assembleia de Freguesia. _____

----O Membro José Mateus mencionou que aquelas decisões e modos de pensar o entristeciam bastante porque, efetivamente, Tavira era uma cidade cuja história sempre tinha estado ligada aos militares, ao Exército, sendo que o primeiro quartel no país a ser construído de raiz com a finalidade de ser um quartel militar, tinha sido o de Tavira. Todavia, não podendo ficar pela história, o Quartel de Tavira era a única unidade militar existente na região que colaborava, como todos sabiam e tinha sido



dito, com todas as autarquias, freguesias e população da região. Considerava-o uma enorme mais-valia, pelo que, lamentava o facto de serem os “rumores” que condicionavam o sentido da votação. No dia anterior também tinham apresentado uma moção na Assembleia de Freguesia cujo voto da bancada Mais Tavira também tinha sido no sentido da abstenção o que o tinha entristecido, sendo que no momento estava duplamente triste. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existiam mais intervenções colocou a moção a votação que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor, um voto contra e oito abstenções. O documento encontra-se anexo à presente ata como documento número três. _____

----O Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a ata número três referente à sessão realizada em dezanove de junho com três pequenas correções relativamente à versão que os membros tinham recebido. Assim, na página três, onde o Membro José Graça referia que o Membro José Liberto Graça não estava presente na Assembleia Municipal em virtude das novas funções que estava a assumir na Assembleia Municipal de Freguesias, seria ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias. Na página seguinte verificava-se a alteração da palavra “suponha” por “sublinhava”. Na página vinte e sete, terceiro parágrafo em vez de referir que o Presidente da Assembleia passou ao ponto número dois da Ordem de Trabalho, era ao ponto número três. _____

----Colocada à votação a ata número três, com as alterações indicadas, foi a mesma aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e duas abstenções dos membros que não tinham estado presentes. _____

----Passou à votação da ata número quatro referente à sessão extraordinária de treze de agosto que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e três abstenções pela mesma razão da anterior. _____

----Continuando no período de antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia solicitou que os membros se inscrevessem para usarem da palavra. _____

----O Membro João Carvalho mencionou que pretendia congratular a bancada do PS pelas eleições primárias que se tinham realizado, pela forma como tinham dado uma “lufada de ar fresco” à democracia. Era com alegria e um misto de inveja que ele próprio e, considerava que Portugal inteiro, tinham assistido ao que tinha sido e certamente seria o caminho para a democracia portuguesa. _____

----A Membro Otília Cardeira referiu que a sua intervenção se relacionava com um assunto de saúde. A saúde no Algarve, no Concelho e, sobretudo na Freguesia de Cachopo era muito precária. Verificando-se que há cerca de um mês Cachopo não tinha médico e considerando que os seus habitantes eram contribuintes iguais a todos os outros, tinha falado com o Diretor do ACES - Agrupamento dos Centros de Saúde do Algarve III - Sotavento, sendo que a resposta que obtivera tinha sido no sentido de que era uma empresa, senhor João Paulo, que tinha efetuado o plano de férias dos médicos, sendo que dos oito médicos existentes, seis encontravam-se de férias. Concordava que todos deviam ter férias, o que não acontecia consigo própria, mas não concebia como se podia apenas deixar dois médicos para

todo o Concelho. Tendo questionado o Diretor do ACES sobre quem é que coordenava a saúde no Concelho, por pressupor que seria ele, tendo obtido como resposta que talvez tivesse sido a ARS – Administração Regional de Saúde a decidir e que ele não tinha tido conhecimento. _____

----Assim, tinha referido ao Dr. Manuel Santos Janeiro, Diretor do ACES que se até ao princípio do mês de outubro a situação não estivesse regularizada levaria a Cachopo a televisão, ao que lhe tinha respondido que não havia necessidade pois iriam resolver o problema. O certo era que naquele dia ainda não existia médico o que apenas deveria acontecer no dia seis de outubro. Concluiu referindo que se no dia seis de outubro continuasse a não haver médico, chamaria as televisões de modo a que todos ficassem a saber, já que o Diretor que era a responsável pelo ACES não sabia, ficariam todos a saber a nível do país. _____

----O Membro Artur Sanina disse que após a última sessão ordinária da Assembleia Municipal tinha entregado junto dos serviços da Assembleia, três requerimentos questionando a Câmara sobre os lodos incómodos para a comunidade de Cabanas, solicitando informações sobre o protocolo existente entre o Município e a EVA Transportes SA para os transportes urbanos de Tavira – “Sobe e Desce” e relativo ao cumprimento da recomendação sobre a não obrigatoriedade de caução para contratos de água não domésticos. _____

----Passados três meses, tinha recebido apenas, naquele mesmo dia, a resposta ao requerimento sobre os lodos de Cabanas remetendo as responsabilidades para outra entidade. Assim, sublinhava que nos termos legais as respostas deveriam ser dadas em tempo útil de modo a permitirem a sua apreciação na Assembleia Municipal seguinte o que não se tinha verificado relativamente a dois requerimentos cujas questões tinham ficado sem resposta. _____

----Pretendia informar que na sequência do pedido de audiência com a REFER – Rede Ferroviária Nacional tinha tido uma videoconferência com duas engenheiras do Gabinete de Estratégia e Planeamento onde tinha sido abordada a questão da requalificação do material circulante e das infraestruturas, pelo que, esperava que fosse desenvolvido um programa de beneficiação até ao ano de dois mil e dezassete. Acrescentou que não tinha conseguido obter resposta da CP – Comboios de Portugal. _____

----O Presidente da Câmara informou que na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da CI-AMAL, tinha dirigido carta ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa Nacional e Chefe do Estado-Maior do Exército quanto à manutenção do Regimento de Infantaria nº 1 no Algarve que tinha o apoio unanime de todos os Presidentes de Câmara e cuja resposta já tinha recebido. Na quinta-feira anterior, durante a cerimónia militar, o General tinha reafirmado a deslocação do Regimento para Beja, sendo que em Tavira ficaria um destacamento modelável às necessidades. Não se tratavam de rumores e considerava que Tavira não se podia acomodar perante aquelas intenções que prejudicavam a soberania nacional deixando o Algarve sem Exército. _____

----Quanto à questão apresentada pela Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Membro Otília Cardeira, relativamente à ausência de médico em Cachopo, tinha tido uma reunião com o Diretor do ACES, Dr. Manuel Janeiro sendo que na semana seguinte Cachopo voltaria a ter médico. No decurso do verão, o Governo tinha pressionado as Câmara Municipais no sentido de pagarem as despesas de alojamento dos médicos sob pena de não existirem nos seus concelhos. Para concluir, referiu que se na semana seguinte continuasse a não existir médico em Cachopo, chamariam as televisões para o denunciar, sendo que ele estaria na fila da frente ao lado da Presidente da Junta de Freguesia. _____

----O Membro José Graça referiu que em nome do Grupo Municipal do PS pretendia agradecer as palavras simpáticas do Membro João Carvalho sobre as eleições primárias do PS e tecer dois pequenos comentários. _____

----Independentemente da forma como cada um encarava os resultados, as Primárias do PS tinham-se constituído como um momento histórico da democracia portuguesa, permitindo pela primeira vez a participação dos simpatizantes de um partido do arco da governação na escolha do candidato a Primeiro-Ministro. Tal como nas Autárquicas do ano de dois mil e treze, quando tinha sido usado, de forma organizada, aquele processo na escolha dos primeiros candidatos às Câmaras Municipais, com o êxito de mobilização que tinha permitido, por exemplo, a vitória de Francisco Martins em Lagoa. Face ao sucesso da iniciativa considerava que nada voltaria a ser como era nos principais partidos políticos portugueses. _____

----A participação de mais de cem mil simpatizantes nas Primárias, responsabilizava o PS para ser o portador da esperança dos portugueses na substituição urgente do Governo e das suas políticas. Já ali tinham abordado diversas vezes os problemas na Saúde, como Cachopo, e nas últimas semanas tinham ouvido situações caricatas relativas à abertura do novo ano letivo ou o drama que afetava o país desde o início do mês no domínio da justiça, afetando as famílias e as empresas de forma incompreensível e injustificada. Todas aquelas situações eram bastante graves, sendo que o país necessitava urgentemente de um novo Governo que fosse capaz de corresponder à vontade de mudança e que merecesse a confiança dos cidadãos. _____

----Verificando não existirem mais intervenções, o Presidente da Assembleia referiu que iriam iniciar a Ordem de Trabalhos, como era habitual, com o ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. _____

----O Presidente da Câmara informou que o *PowerPoint* continha a atividade municipal ocorrida entre os meses de junho a setembro e que, até porque os membros possuíam toda a documentação, se tratava de um breve resumo. _____

----Os primeiros diapositivos referiam-se às exposições que estavam a decorrer, sendo que a exposição de Ernesto Melo Antunes patente no Quartel da Atalaia já tinha terminado. _____

----Ao nível do desporto tinha-se realizado o Campeonato do Mundo da Juventude de Vela que se tinha constituído como um grande evento e contado com a participação de sessenta e oito países.

Também se tinha realizado o Strongman Champions League cujo campeonato era transmitido pela Sport TV. A corrida Mar Azul tinha acontecido e contado com a participação de muitos atletas, bem como, um conjunto de várias atividades desportivas durante o verão. _____

----As várias conferências e *workshops* tinham contado com um número crescente de participantes. ____

----Tinha sido apresentada no dia da cidade a teatralização da Moura Encantada. _____

----No âmbito da Dieta Mediterrânica estavam-se a efetuar vários passeios e oficinas integrados por diversos grupos e com crescente adesão. _____

----O Presidente da Câmara mostrou vários diapositivos referentes às Cenas de Rua cujo público tinha sido bastante, com cada vez maior participação, tendo estas constituído uma programação muito interessante. _____

----Tinham sido apresentados vários espetáculos, nomeadamente o Festival de Jazz, integrado por diversos grupos, e os concertos de António Zambujo, Mayra Andrade e A Naífa. _____

----Referenciou um conjunto de feiras, festas e festivais sendo que todos os dias se tinha realizado algum evento em Tavira. _____

----Quanto à Feira da Dieta Mediterrânica, na sua opinião, tinha sido um autêntico sucesso quer no que se referia aos *Workshops* quer aos debates. A feira propriamente dita tinha chamado milhares e milhares de pessoas a Tavira com o motivo de comemorar a elevação da comunidade de Tavira a Património Imaterial da Humanidade. Tinha havido um conjunto de concertos, Vá de Viró, Luísa Amaro, Júlio Pereira e La Ninfe della Tammorra cujos artistas eram italianos da comunidade representativa de Cilento. Tinham-se realizado oficinas que seguramente os membros tinham tido oportunidade de saber. Nos dois dias e meio que a feira tinha decorrido tinham-se realizado cerca de trinta horas de *workshops* culinários, degustações, sendo que era vivível que no Algarve se estava a verificar um incentivo, uma progressão, relativa aos vinhos e comerres. _____

----No âmbito da Dieta Mediterrânica tinha-se realizado um conjunto de passeios, seminários e visitas do tradicional do Concelho que pretendiam valorizar. _____

----Mostrou fotografia da inauguração da Feira da Dieta Mediterrânica com a presença do Ministro Miguel Poiares Maduro e um conjunto de personalidades. _____

----Referiu ainda a visita à feira do Secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, que tinha realizado uma visita geral no segundo dia de feira. _____

----Passando ao tema de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara referiu-se a um imóvel municipal localizado nas traseiras da Igreja de São Sebastião e cuja empreitada tinha estado parada durante algum tempo porque a empresa tinha entrado em insolvência e porque, tendo a Câmara atravessado um período de enormes dificuldades financeiras, não tinham existido fundos disponíveis, pelo que, verificando-se uma recuperação tinham presentemente lançado novo concurso para proceder à recuperação da habitação cujo valor rondava os quarenta mil euros. _____

----Quanto à empreitada da Rua João Vaz Corte Real tratava-se da recuperação da parte entre o Parque Verde do Séqua e o Jardim da Alagoa. A solução preconizada passava pela criação de uma estrada com pluviais a meio ficando toda ao mesmo nível e resolver o problema dos passeios. A cota iria subir cerca de meio metro criando-se uma leitura uniforme até à entrada do Jardim da Alagoa para onde também estava a ser desenvolvido, pela equipa de projetos da Câmara, a nova configuração do jardim de modo a conseguirem, por peças e conforme as verbas disponíveis, ir completando a malha na mesma leitura. Os projetos eram elaborados pelos mesmos arquitetos já que não tinha sido elaborado nenhum projeto fora da Câmara sendo estes elaborados pelos técnicos da CMT com o custo dos seus próprios vencimentos pois não tinham efetuado qualquer contratação. _____

----O valor daquela adjudicação tinha sido de cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos. Aquele investimento encontrava-se em situação *overbooking* para receber comparticipação de fundos comunitários assim que se verificasse a reprogramação dos mesmos. _____

----Relativamente à Igreja de São Roque, o empreiteiro já estava escolhido, tendo sido adjudicada à Empresa Martins Gago & Filhos Lda. pelo valor de duzentos e vinte e três mil, quinhentos e onze euros e trinta e nove cêntimos, faltando apenas formalizar o contrato. Tratava-se de uma obra que não estava prevista, estando financiada a sessenta e cinco por cento. _____

----Passando à Rua José Pires Padinha, o Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma obra com duas fases. A zona junto aos barcos já se encontrava consignada e tinha sido dividida em duas fases por não terem a certeza da concretização total. A intervenção global tinha um valor de cerca de oitocentos e vinte mil euros, estando as duas fases financiadas a sessenta e cinco por cento por fundos regionais, na reabilitação urbana. O concurso para a segunda fase tinha sido aberto em agosto passado e encontrava-se em fase de recebimento de propostas que, tratando-se de um contrato que tinha que ser visado pelo Tribunal de Contas, esperavam ter a empreitada no terreno em janeiro. A intervenção a realizar compreendia o espaço entre o edifício da Câmara e a Ponte dos Descobrimentos, final da rua. _____

----Encontrando-se a intervenção da Igreja das Ondas finalizada praticamente com receção provisória, tinham lançado concurso para o Edifício do Compromisso Marítimo pelo valor de duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e três euros. Ainda não tinham a empresa escolhida pois o concurso encontrava-se em fase de recebimento de propostas. Tratando-se de um contrato que não carecia de visto de Tribunal de Contas, esperavam que no final do ano fosse possível iniciar a cobertura daquele edifício para procederem à sua recuperação. A intervenção também estava financiada por fundos regionais. _____

----A reformulação do Sistema Solar Térmico cuja proposta para a repartição de encargos tinha sido ali aditada à Ordem de Trabalhos tinha uma candidatura com taxa de financiamento de sessenta e cinco por cento. Na prática, iriam reformular todos os painéis por forma a ganharem eficiência, poupando

dinheiro em gás, que presentemente não funcionava para o que quer que fosse, sendo que as verbas gastas para manter a água quente eram muito elevadas, pelo que, iriam tentar melhorar. O valor da intervenção rondava os quarenta e dois mil euros. _____

---O Presidente da Câmara referiu-se à intervenção relativa ao muro de contenção de Estiramantens que se localizava na rua para a parte urbana. Tratava-se de uma intervenção com dois anos e meio que tinha tido origem nas grandes cheias, sendo que as fortes chuvas tinham destruído grande parte da rede viária. O concurso estava lançado e tinha um custo de cerca de sessenta e cinco mil euros. _____

---Quanto às luminárias também tinham sido alvo de candidatura. Basicamente o que iriam fazer era substituir para luminárias com maior eficiência energética nas ruas Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, Luís de Camões e Sá Carneiro. Portanto, naquela zona iriam ser substituídas para sistema LED, luzes brancas, a fim de ser possível atingir maior eficiência energética, gastar menos e ter mais iluminação. Brevemente seriam substituídas e efetuado o ajustamento da instalação elétrica por forma a completar o que já estava efetuado. _____

---Referindo-se ao Acesso a Cabanas disse que a empreitada estava em curso e que, esperava, terminasse em novembro. Tinha sido reprogramada, estando maior e já se encontrando em terra batida, estando-se presentemente a preparar a ligação de saneamento do cidadão que tinha cedido o terreno. _____

---Passou à intervenção da Rua José Pires Padinha, que já tinha falado e que o seu começo estava eminente pois já se encontrava consignada à Empresa João Sousa Barra & Filhos com o custo de cerca de cento e setenta mil euros. Na prática, a intervenção localizava-se junto ao rio onde iria deixar de ser possível estacionar veículos, se iria colocar arborização e iluminação nova, sendo que o pavimento não iria ser em cimento mas em *pavet* que inicialmente tinha sido previsto em branco mas cuja cor pretendiam alterar. _____

---Quanto à intervenção no Troço da Muralha estava a realizar-se sendo que era visível tanto pelo lado exterior como interior da muralha e no final do ano estaria terminada. _____

---Tinha-se iniciado a empreitada de recuperação de uma sala do Palácio da Galeria que pretendiam reabilitar a fim albergar as reservas do museu, recuperando o espaço. Considerava uma intervenção algo dispendiosa com um valor de cerca de sessenta e quatro mil euros. Também era financiada por fundos comunitários. _____

---A Empresa Sá Machado estava a proceder à colocação de equipamento infantil e à substituição das caixas de areias em várias escolas, Eco, D. Manuel I, Horta do Carmo, Cabanas e Conceição com um custo de cerca de cento e quarenta e seis mil euros. _____

---Para terminar referiu que a Igreja das Ondas, que tinha tido duas intervenções, já podia ser visitada.

---O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes se pretendia pronunciar relativamente à apresentação do Presidente da Câmara. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que relativamente à informação do Presidente da Câmara se congratulava com a Câmara e o trabalho que tinha realizado durante o verão com os espetáculos que tinha proporcionado aos visitantes que se tinham constituído como uma mais-valia em todas as iniciativas quer a nível da hotelaria, gastronomia ou outros. Todavia, independentemente de sentirem aquela satisfação existiam outros aspetos que gostariam de ver solucionados até para que aquelas iniciativas continuassem. Há pouco tempo atrás tinha-se deslocado à sua cidade, Beja, e pelo exemplo tinha-se lembrado do Cineteatro António Pinheiro, já que o teatro Pax Júlia em Beja poderia constituir-se como um exemplo a seguir em Tavira. Tratava-se de um teatro recuperado que presentemente era o Teatro Municipal sendo que a sala existente, similar ao Cineteatro António Pinheiro, tinha sido transformada em dois estúdios onde tinha assistido a um belo espetáculo, tendo-lhe sido facultada a programação mensal que existia ao longo de todo o ano, sendo que apenas no mês de agosto os espetáculos transitavam para a rua à semelhança do que era efetuado em Tavira. _____

---Assim, questionava sobre qual era a situação do Cineteatro António Pinheiro pois considerava que o objetivo seria muito similar ao que tinha acabado de descrever e, como cidadão que habitava em Tavira e que sempre tinha gostado do movimento associativo da cultura e desporto, considerava que se houvesse na cidade um espaço como aquele talvez a atração por parte dos cidadãos não se verificasse apenas nos três meses de verão sendo alargada aos restantes meses, no sentido de valorizar o realizado no verão e a cidade. _____

---Verificava que estava a ser realizado por parte da Câmara Municipal um trabalho de recuperação de vários espaços, contudo na visita ao Concelho que estava no momento a executar, tinha ficado preocupado com situações potenciadas pela proximidade do inverno. Tinha verificado que determinadas estradas se estavam a deteriorar sendo necessária uma intervenção, que os canais de água estavam repletos de canas, pelo que gostava de saber o que a Câmara estava a ponderar efetuar antes que as chuvas chegassem, pois verificava que o isolamento dos munícipes continuava a existir. Assim, independentemente de toda a atividade e obra que tinham que valorizar existiam paralelamente outros aspetos que o preocupavam. _____

---Concluiu referindo que tinha focado um exemplo do que poderia ser a recuperação do Cineteatro e que estava preocupado relativamente às questões das acessibilidades a nível do Concelho pelo aproximar do inverno, pelo que indagava quais as intenções sobre aquelas intervenções. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que manifestava o seu agrado por o público continuar a assistir às sessões da Assembleia Municipal o que consistia um sinal de que eram interessantes. _____

---Gostava de realçar o aspeto já referido pelo Presidente da Câmara quanto à questão da II Feira da Dieta Mediterrânica. De facto, tinha sido um êxito enorme e representava um potencial que, na altura, os mais céticos relativamente à Dieta Mediterrânica podiam julgar que não teria a força que estava a ter e que se tinha revelado neste segundo ano de feira, que tinha sido extraordinária. Considerava que tinha um enorme potencial e que o tema tinha sido bem conduzido estando a prosseguir e tendo

ficado bem demonstrado o enorme interesse que aquela temática tinha para o Concelho. Esperava que prosseguissem no empenho que julgava ter todo o interesse. _____

----Um aspeto negativo que pretendia focar depois de ter estado alguns meses ausente e não sabia se era responsabilidade direta da Câmara ou outra entidade, referia-se à marginal de Cabanas, Avenida Ria Formosa. A marginal estava bonita com o passadiço e, presentemente encontravam-se ali umas cinco ou seis barracas a vender bilhetes. Considerava que não havia necessidade pois a zona estava plana, elegante, bonita, sendo que tinha umas pequenas bancas que passavam despercebidas. Considerava que tinham cortado completamente a beleza, a vista bonita da marginal da Ria Formosa, do mar, da terra e do passadiço. No cais encontravam-se duas, lado a lado, repletas de cartazes colados sendo que futuramente iriam pedir umas antenas para verem televisão porque talvez fosse aborrecido permanecer ali todo o dia. Pensava que estavam a estragar algo que estava bonito, elegante, moderno o que, pessoalmente, o incomodava. Certamente que existiriam pessoas a quem aquele tipo de infraestruturas não incomodasse mas considerava feio e estragava algum do trabalho realizado. Desconhecia a existência ou não de legislação que obrigasse a colocação de "mamarrachos", por exemplo, no Terreiro do Paço ou outra zona qualquer que fosse de preservar e, portanto, a área natural também seria de preservar, pelo que considerava que aquelas infraestruturas estavam bastante mal. _____

----Para terminar disse que gostava de referir e, também estava relacionado com a atividade da Câmara mas particularmente com a TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M., que recentemente tinha sido publicado um relatório apresentado pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos sobre a qualidade da água para consumo humano em Portugal, ano de dois mil e treze. Tavira era dos poucos concelhos do país que apresentava um valor da água para consumo humano, cem por cento seguro, o que era extremamente positivo na senda de uma Tavira melhor que os outros concelhos, de uma Tavira onde existia uma enorme qualidade de vida. Era pois importantíssimo aquele relatório vir a colocar Tavira num dos três concelhos do Algarve que tinha aquele qualificativo de água, cem por cento segura para consumo humano. _____

----O Presidente da Câmara referindo-se à intervenção do Membro Artur Sanina afirmou que não podia estar mais de acordo. Era de Tavira, pelo que obviamente tinha vindo a assistir à degradação do Cineteatro António Pinheiro e concordava como o Membro Artur Sanina mas veriam como as coisas corriam, pois o que não fazia era anúncios que depois não podia cumprir, sendo que no primeiro mandato tinha ido longe demais e, estando os tempos muito voláteis e algumas coisas não dependiam apenas da Câmara mudando com muita facilidade, sendo que num dia tinham o fundo, no dia seguinte já não tinham, o que era muito complicado. _____

----Quanto ao Cineteatro era claro que Tavira tinha que ter um Cineteatro recuperado. Passados os anos de faustosa e magestativa distribuição de fundos regionais para a recuperação dos Cineteatros, Tavira tinha sido o único Concelho que não tinha executado a recuperação do mesmo, tendo sido

despendida verba para muitas intervenções mas o Cineteatro tinha ficado como estava. Queria realçar que tinham apanhado um tempo em que o dinheiro não abundava, o Cineteatro tinha vindo a envelhecer, tendo no ano transato conseguido um investimento elegível de cerca de setenta e seis mil euros para desenvolver o projeto, que estava a ser desenvolvido por um arquiteto de Tavira, Ruben Martins, que todos conheciam, e a quem tinha sido adjudicado por cerca de sessenta e sete mil euros, sendo que algumas especialidades estavam a ser desenvolvidas pela Câmara para constituir o projeto de recuperação do Cineteatro. Esperavam que no próximo Quadro Comunitário de Apoio, numa linha de financiamento que teria, pudessem ter a possibilidade de receber fundos regionais para executar a intervenção. De qualquer modo também gostava de referir e, veriam o desenrolar da situação, que como os membros tinham seguramente verificado no Relatório e Contas da Câmara esta possuía uma forte liquidez, disponibilidades, pelo que, na prática se estavam a preparar para aquela eventualidade. Iriam ter projeto que estava a ser elaborado e que era financiado, pelo que esperavam poder colocar a empreitada a concurso, preferencialmente financiada por fundos regionais, porque eram o único Concelho que não tinha o teatro recuperado e deviam ter. Não tinha sido possível realizar aquela obra nos últimos quatro anos de mandato. _____

----Quanto às estradas do Concelho, nesse mesmo dia tinha tido oportunidade de falar sobre o assunto em Reunião de Câmara. Conhecia bem o estado das estradas do Concelho e também sabia quais eram as prioridades sendo que algumas constavam no seu programa eleitoral e que gostava de repara. Eram realmente bastantes mas as prioritárias eram as que constavam no programa, Vale Covo-Umbrias do Camacho-Cintados, Morenos-Várzeas do Vinagre, Mealha-Cachopo, os acessos a Santo Estevão e a Estrada Nacional 270. Assim, esperava possuir uns milhões de euros para realizar, pelo menos, aquelas intervenções, para além de outras, pontuais nas estradas da cidade, o Caminho dos Espanhóis que ainda tinha uma parte em falta e a ligação ao Centro de Saúde de Cabanas que estava bastante deteriorada com tudo a desgastar-se e para o que também se justificava alguma disponibilidade financeira porque nenhuma daquelas intervenções seria comparticipada no próximo Quadro Comunitário. Pelo que, sabia e ainda não tinha lido o acordo de parceria nem o regulamento, não seria disponibilizada qualquer verba para estradas municipais sendo que teriam que resultar de um total esforço por parte da Câmara. Também passava pelas estradas e até tinha que enfrentar uma maior dificuldade porque quando questionado se tinha visto e gostado da estrada por onde tinha passado, tinha que responder que tinha visto e não tinha gostado pelo que teriam que reparar, enquanto os outros podiam-lhe imputar as culpas, sendo pois ele que tinha que justificar. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que esperavam que a situação se invertesse nos próximos dois anos que era o prazo que tinham para tentar reparar, não sabia se todas, mas executando em função da verba que iam tendo e apenas podendo contar consigo próprios tanto mais que conforme a Vereadora Ana Paula o tinha informado, tinham acabado de receber uma carta da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais sendo que anualmente teriam que contribuir com cento e

setenta e seis mil euros para mais uma Lei do atual Governo, o FAM – Fundo de Apoio Municipal que, na prática, tinham que contribuir com uma verba para criar um fundo de apoio às autarquias que tinham gasto demasiado e que presentemente seriam os cumpridores a pagar pelos não cumpridores. Era aquela a justiça que tinham sendo que durante sete anos pagariam cerca de um milhão e trezentos mil euros para aqueles que tinham gasto demasiado. _____

---Quanto aos canais repletos de canas, obviamente que tinham bastante cuidado com a limpeza dos canais e ribeiras, sendo que a equipa do ambiente da Câmara já tinha solicitado a devida autorização à APA – Agência Portuguesa de Ambiente para poder proceder à limpeza porque sem a aquela autorização a Câmara não podia limpar canas, retirar inertes e outros, por forma a evitar que viessem rio abaixo. _____

---Agradecia as palavras do Membro Brandão Pires quanto à Dieta Mediterrânica e também em relação ao relatório da ERSAR. _____

---Relativamente à Marginal de Cabanas, obviamente que aquelas casinhas não eram peças de arquitetura sofisticada, todavia queria dizer que a Marginal de Cabanas seria requalificada pois tinham passado quatro anos sobre a intervenção e os verdes estavam estragados, o tabuado tinha que ser visto, os bancos tinham que ser pintados e reparados e os tapa-sol que tinham sido arrancados há cerca de um ano e meio por força do tufão que por ali tinha passado tinham que ser repostos o que representavam um custo de quinze mil euros que não era financiado por seguro algum. _____

---A colocação das casinhas tinha-se constituído como uma solução urgente pois ou eram colocadas ou tinham a anarquia que lá estava a ser criada porque todas as promotoras das marítimo-turísticas se estavam a apropriar do passadiço para vender, onde colocavam cadeiras de plástico, verificando-se que as pessoas já tinham bastante dificuldade em circular pelo passadiço. Aquelas casinhas tinham sido elaboradas pela arquitetura da Câmara, obviamente eram de gosto duvidoso, aceitava que poderiam melhorar, verificando também a colocação com mais tempo de modo a que fosse mais neutral na paisagem. Porém, tinham tentado disciplinar retirando as pessoas todas de cima do passadiço. As casinhas iriam ser desmontadas não ficando o ano todo pois eram amovíveis. Não pretendiam perder a beleza do local, que seria recuperado porque a própria marginal também o seria.

---O Presidente da Assembleia passou ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação do Plano de Atividades e Orçamento 2014 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. _____

---O Presidente da Câmara referiu que pretendia frisar que a apresentação daquele documento da TaviraVerde constituía o cumprimento, pela primeira vez, da Lei quanto ao Plano de Atividades. Apresentavam os Relatório e Contas mas era, de facto, a primeira vez que apresentavam o Plano de Atividades para conhecimento da Assembleia porque um Plano de Atividades era um documento e o Orçamento era outro. Muito tinham debatido naquela Assembleia as contas da TaviraVerde pois anteriormente o Orçamento não era apresentado tendo aquela prática sido iniciada com o seu mandato porque tinham passado a ser apresentados para poderem discutir os instrumentos de gestão

das empresas. A TaviraVerde seguia o princípio do equilíbrio já que com o verão e os turistas tinham equilibrado, pelo que, em princípio, tal como se tinha verificado no ano transato, e esperava que, passada uma fase difícil de um plano de amortizações financeiras exigentes que continuaria, pudessem alcançar um princípio de estabilidade na TaviraVerde o que ainda não tinha sido possível. _____

---Queria ainda dar nota que o sócio privado da Câmara, na TaviraVerde, tinha mudado. Desconhecia o nome mas o grupo AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A tinha vendido, por setenta e sete milhões de euros a um grupo japonês, todas as concessões, sendo que a concessão da TaviraVerde seria ainda por mais quinze anos, o que não tinha pedido aliás, como o Membro Antero Romeira já tinha lembrado, até tinha votado contra. _____

---O Membro Antero Romeira referiu que na última Assembleia Municipal tinham abordado aquele assunto, tendo o Presidente da Câmara explicado como tinha surgido a dívida e que desde o seu primeiro mandato até ao momento tinha falado com os acionistas devido às elevadas tarifas que a TaviraVerde aplicava que, se não eram, tinham sido as mais elevadas ou das mais elevadas. Na altura tinha dado um exemplo e o Presidente da Câmara também tinha explicado que do primeiro mandato até à presente data, após negociações com os acionistas, tinha conseguido baixar a TIR – Taxa Interna de Retorno de treze vírgula setenta e dois por cento para nove por cento, ou seja, no total do mandato tinha baixado três por cento, que era evidente que não se tinha refletido no consumidor. _____

---Tinha efetuado uma análise à AGS e esta tinha dois tipos de contratos com os municípios, o contrato de concessão de exploração e três entidades participadas como era o caso da TaviraVerde, da FAGAR – Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M. e da Águas do Marco, SA. Naquelas participações tinham dois tipos, a FAGAR com uma participação em espécie no valor de dois milhões, quinhentos e cinquenta mil euros, tendo a AGS um milhão e seiscentos mil e a Hidurbe-Gestão de Resíduos SA o restante. A TaviraVerde tinha uma participação em espécie de um camião o que considerava ter uma *nuance* favorável ao Município pois sendo evidente que os bens que estavam afetos ao Município para aquela atividade eram do Município que apenas tinha participado com um camião, os outros dois acionistas tinham participado com vinte e quatro mil e quinhentos euros. _____

---Tinha formulado uma questão ao Presidente da Câmara no sentido de saber se para além da TIR anexada à tarifa, os acionistas também eram remunerados por contrato de assistência técnica, que, como tinha respondido e corrigissem-no se estivesse errado, não faziam qualquer assistência técnica. Assim, tinham constituído a empresa no ano de dois mil e cinco com prestações assessorias no valor de um milhão, oitocentos e cinquenta mil euros porque a TaviraVerde, nesse ano, não tendo tido um ano económico completo, tinha obtido um prejuízo aproximado de trezentos e oitenta mil euros. No ano de dois mil e seis, por duas ou três razões que supunham derivassem da candidatura a fundos comunitários para disporem de capitais próprios positivos de modo a não consolidarem com a Câmara, tinham efetuado prestações assessorias ou prestações suplementares. Entre os anos de dois mil e nove e dois mil e dez os acionistas tinham recebido as suas prestações assessorias tendo estas ficado

em prestações suplementares ou nas contas da TaviraVerde no montante de cerca de duzentos mil euros, que supunha até pertencessem à Câmara. _____

---Entre os anos de dois mil e nove a dois mil e treze tinham recebido aproximadamente um milhão e quatrocentos mil euros através do contrato de assistência. Não existia capital algum aplicado em qualquer aplicação financeira a não ser que fosse em fundos de alto risco que num dia estavam noutro não estavam e agora o Presidente da Câmara tinha informava que a AGS tinha sido vendida, um capital social de vinte e nove milhões de euros pelo valor de setenta e sete milhões de euros. _____

---Acrescentou que, além da medida de baixar a TIR também tinham tomado uma medida que consideravam importante para os munícipes e que era o facto de ter sido nomeado um administrador político pois não estava certo de que o Eng^o. Chaves Ramos, homem de umas capacidades intelectuais acima da média, fosse muito bom gestor, sendo que quem respondia presentemente pelo ato de gestão daquela dívida era um membro do PS o que pensava estar correto. _____

---Questionou o Presidente da Câmara no sentido de saber quando tomava uma posição sobre aquela situação, com a venda, por forma a terminar com o exagero de adulação aos sócios. O Membro Brandão Pires tinha feito referência ao prémio alcançado pela TaviraVerde e muito bem, mas não podia ser conseguido à custa das tarifas tão elevadas. Já tinha realçado que se notava uma melhor e mais rápida assistência no caso de uma avaria, mas as remunerações face ao país ter sido ou estar a ser intervencionado pela *Troica*, os problemas financeiros existentes, pensava que não existia outra empresa com remunerações como aquelas e não havia capital aplicado que resultasse naquelas remunerações. _____

---Para concluir solicitou que o Presidente da Câmara interviesse naquele sentido. Na página *Web* da TaviraVerde encontrava-se a constituição da empresa mas o contrato de gestão não existia para que todos pudessem aceder. Certamente que o Gabinete Jurídico poderia estudar o contrato por forma a retirar a remuneração que estava a ser paga pois estava convencido de que deviam de receber uma remuneração normal como todos os acionistas recebiam noutras empresas. _____

---O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção fundamentada do Membro Antero Romeira mas pretendeu fazer algumas precisões. Não tinham renegociado a TIR de treze vírgula setenta e dois por cento para nove e meio por cento. O que se tinha verificado era que ele, no ano transato, não tinha aceitado aumentar o tarifário em cerca de dez por cento para aplicar no corrente ano. Tinha dito pura e simplesmente que não haveria tarifário algum o que a verificar-se a empresa começaria a ter prejuízo já que tinha um plano de amortizações exigente relativo à sua criação. _____

---No ano de dois mil e cinco, a Câmara tinha serviços municipalizados e era necessário efetuar uma modernização total. Havia muitas empresas interessadas tendo a TaviraVerde sido criada mais ou menos ao mesmo tempo que a FAGAR. _____

----A razão porque a FAGAR tinha uma TIR menor relacionava-se com a auditoria que tinha sido realizada, há cerca de dois anos, pelo Tribunal de Contas que tinha considerado a TIR demasiado elevada o que tinha levantado várias questões até reportadas na Comunicação Social. _____

----Aguardavam, por isso, que também fosse realizada uma auditoria à TaviraVerde porque estando o Governo num combate às Empresas Municipais, não sabia se bem ou mal, mas pela interpretação da Lei 50/2013, do que eram os critérios do artigo sobre as condições de existência, haviam restrições de modo a que as empresas não tivessem prejuízos, o que, na prática, acontecia a metade. Tinha, há cerca de dez dias, reunido com o Secretário do Estado sendo que presentemente a inspeção de finanças passava a controlar as empresas que entrassem em incumprimento porque tinham mesmo que ser dissolvidas. _____

----De facto, a empresa tinha sido constituída daquele modo, tendo sido criadas e negociadas as TIR que considerava exageradas, sendo que a renegociação tinha resultado da sua recusa, em Assembleia Geral, da assinatura do novo tarifário, tendo a TIR sido reduzida em cerca de quatro pontos percentuais. Assim, verificariam qual seria a posição dos novos acionistas. Estavam a avaliar todo o processo desde o seu início até porque tinham um novo sócio, verificando todos os documentos, os contratos, o acordo social e o acordo de gestão. No momento, não dispunha de qualquer novidade até porque não se tinha preparado não se querendo pronunciar sem ter um nível de certeza, mas esperavam que fosse realizada uma auditoria por parte do Tribunal de Contas. _____

----Quanto à questão da componente técnica, assistência técnica, o que estava a acontecer era que cabia toda à TaviraVerde e nada à Câmara. Assim, como a partir de determinada altura a Câmara tinha começado a pagar, tendo-se verificado a descoberta daquele processo, tinham decidido que se houvesse lugar à remuneração de assistência técnica para um sócio teria que haver para o outro. _____

----Esperava que depois de um plano de amortização, e ninguém mais que o Executivo gostaria de baixar o tarifário da TaviraVerde, o que acreditava que poderia acontecer porque no atual momento o setor da água estava fortemente a ser revisto sendo que o ERSAR iria criar novos critérios com a nova Lei que estava para sair. Por inerência das suas funções fazia parte do Conselho Nacional da Água sendo um dos oito autarcas que o integravam em representação dos municípios portugueses, pelo que ia acompanhando aquelas questões a que era bastante sensível. _____

----O Presidente da Câmara continuou reafirmando que aquelas eram as regras que tinham relativamente à TaviraVerde pelo que veriam qual a posição do novo sócio que ainda não se tinha apresentado. _____

----Quanto ao Presidente da Empresa, de facto, tinham um Presidente político tendo sido já na senda desse Presidente que tinham negociado o acordo dos nove e meio por cento, bem como tinha acionado as garantias dos empreiteiros que tinham efetuado as intervenções deficientes em Porto Carvalhoso, cuja empreitada já tinha cinco anos, para que fosse reparada o que se tinha iniciado no dia anterior àquela Assembleia. _____

----Se o questionassem se gostaria de resgatar a concessão, certamente que sim. Iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para a resgatar pois considerava que a água deveria de ser património municipal. Todavia, questionado se estavam presos àquele contrato, estavam, sendo que, obviamente que teriam que ter todo o cuidado com a situação pois bastava verificar o que tinha acontecido com a Câmara de Barcelos que tinha rescindido unilateralmente o contrato, numa história algo rocambolesca e que o Tribunal Administrativo os tinha condenado a indemnizar com o valor de cento e setenta e sete milhões de euros. Tinham pois que ser cuidadosos, razão pela qual estavam a verificar toda a documentação porque tendo a garantia que a AGS tinha vendido a sua posição, qualquer passo em falso poderia conduzir a ações judiciais contra a Câmara e, como não pretendia onerar gerações futuras, tinham que analisar como a questão seria resolvida. Acrescentou que estavam a analisar a documentação uma vez que iriam ter um sócio novo porque uma situação era estarem a negociar com um sócio que os acompanhava desde o início e outra era um sócio novo pois desconheciam a sua disponibilidade, leitura e posição porque não tinha comprado apenas participações mas todo o ativo da AGS. _____

----Esperava conseguir uma nova negociação, caso não se realizasse uma auditoria do Tribunal de Contas, de modo a conseguir baixar a TIR de treze vírgula setenta e dois por cento que tinha sido negociada no ano de dois mil e cinco e que, presentemente, não se aplicava, havendo mesmo referências abundantes do Tribunal de Contas nesse sentido. Verificava-se uma motivação, obrigação para a renegociação mesmo acreditando que se viesse a verificar uma auditória, todavia não ia fazer depender a solução da auditória sendo que iam estudar a questão para que quando o novo sócio se apresentasse pudessem conversar e conseguir baixar a água. Pensava que obrigatoriamente iriam ter que baixar o que apenas dependia da ERSAR fixar e limitar mais as margens pois considerava que caminhavam para um tarifário único, pelo que veriam o desenrolar da questão. _____

----Naquele momento não dispunha dos pormenores para responder mais tecnicamente, todavia a TaviraVerde era, de facto, um ponto muito sensível porque entrava diariamente nas casas, cujos cidadãos se pudessem pagar menos pela água que consumiam, melhor seria. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão sobre aquele ponto que não se verificando passou ao ponto número três sobre a apreciação do Relatório e Contas do 1º semestre de 2014 do Município de Tavira. _____

----O Presidente da Câmara referiu que se tratava de um relatório até ao mês de junho e que como os membros podiam verificar, tendo havido eleições no ano transato, não tinha havido um aumento da despesa. Não tinha havido despesismo que se refletia no Orçamento do ano subsequente relativamente às contas, ou seja, tinham cumprido o Orçamento anterior e o corrente com rigor, sempre na mesma linha, porque não era pelo facto de terem havido eleições em setembro que iriam fazer despesa que se refletiria no ano seguinte porque existia uma faturação que vencia e transitava.

---Continuou referindo que iria passar às conclusões sendo que estaria disponível para as questões que pretendessem formular. _____

---Pontualmente até junho e já haviam dados novos que constariam no relatório final, a receita estava a ser executada a bom nível com cinquenta e seis vírgula noventa por cento e a despesa em trinta e três vírgula cinquenta e nove por cento porque, obviamente, existia um conjunto de despesas que estavam a realizar, as empreitadas que estavam a executar e que estavam a ser comparticipadas seguindo a linha de tentar controlar e baixar os custos de contexto, água, luz, funcionamento, funcionários obrigatórios que tinham tido que reduzir, para o que tinha havido a participação do Governo que não permitia a contratação de funcionários e forçava a redução de dois por cento em todos os anos, pelo que praticamente todos os contratados tinham saído o que tinha tido impacto nas contas originando a que a despesa com pessoal baixasse como podiam verificar na tabela das despesas. _____

---Até ao dia trinta de junho, a que se referia o relatório, a receita estava a aumentar dezoito vírgula dois por cento que representava dois milhões e oitocentos mil euros, com um acréscimo substancial do IMT - Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, página oito. Relativamente ao período homólogo tinha-se registado uma subida do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis de onze vírgula quarenta e três por cento, do IUC - Imposto Único de Circulação, doze por cento e do IMT sessenta e um por cento passando de um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil euros para dois milhões e seiscentos mil. Presentemente, os dados disponíveis já eram algo inferiores pois tinha-se verificado um decréscimo. _____

---O que tinham assistido era que até junho se tinha verificado um aumento da receita com alguma expressão, no IMT, seguramente devido à atividade económica e no IMI devido à questão das tranches porque normalmente a primeira prestação era a mais onerosa. Presentemente registava-se um aumento de quatro por cento. _____

---Um facto importante até à altura era que a despesa faturada estava a diminuir, as despesas com pessoal tinham registado uma diminuição de cerca de quinhentos e oitenta mil euros o que representava onze vírgula sessenta por cento. Na prática, a dívida da Autarquia tinha diminuído dois milhões e setecentos mil euros o equivalente a doze vírgula sessenta e sete por cento, sendo que a Câmara tinha cumprido todos os rácios de endividamento estando a pagar a fornecedores a trinta dias, ou menos, porque era efetuado um pagamento mensal e se, por exemplo, estando a proceder aos pagamentos, fosse apresentada uma fatura conferida na contabilidade que tivesse entrado na Câmara uma semana antes, tendo esta sido colocada para pagamento, o prazo seria de sete dias. Assim, os pagamentos estavam a ser efetuados, em média, a trinta dias ou um pouco menos porque a Câmara apresentava disponibilidade financeira, cujo valor como constava no documento em apreço, era de oito milhões e duzentos mil euros. Obviamente que aquela verba não estava toda disponível uma vez que existiam compromissos, verba reservada para um conjunto de intervenções que estavam

absolutamente consolidadas, nomeadamente um milhão de euros referente à Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, verba para fundos comunitários, verba cativa, todavia verificava-se alguma disponibilidade financeira que estavam a tentar resguardar para o que já tinha mencionado anteriormente. _____

----O que não faziam era gastar por gastar porque também sabiam que o mandato era de quatro anos e não conseguiam executar tudo num ano. O que se tinha verificado no corrente ano, seguramente que os membros concordavam, era que tinham tentado executar o máximo possível das muitas intervenções necessárias, com o recurso a fundos comunitários porque se tratava do ano de transição do Quadro, pelo que, tinham elaborado as últimas candidaturas em novembro último, com os avisos que tinham aberto e fechado no mesmo mês, tendo começado a executá-las. O Acordo de Parceria elaborado em Bruxelas já tinha sido homologado, porém não existia ainda Regulamento, pelo que esperavam que apenas abrissem avisos em janeiro o que significava que tinham apanhado uma fase em que estavam a executar o anterior não podendo programar o seguinte, pois não podiam lançar obra nova sem o Regulamento aprovado sob pena do valor despendido não ser elegível. _____

----No novo Quadro Comunitário dos trezentos e dezanove milhões para o Programa Operacional regional supunha que setenta milhões seriam candidatáveis pelas Câmaras em questões de eficiência energética e algo de reabilitação urbana sendo que o restante seria para empresários em questões de qualificação e empreendedorismo ao que a Câmara não se podia candidatar. _____

----O Presidente da Câmara continuou referindo que, naquela perspetiva, se tratava de um bom relatório, pelo que se tentariam manter naquela linha de liquidez, com fundos disponíveis porque, em igual período do ano anterior estavam no limite e dois anos antes tinham sete milhões negativos de fundos disponíveis o que não lhes permitia contratar o que quer que fosse por não existir liquidez, sendo que, se o Governo cumprisse o que tinha estabelecido flexibilizando a Lei dos Compromissos, o que lhe parecia que iria acontecer, como estavam equilibrados teriam possibilidade de contratar o que se refletiria nos próximos instrumentos de gestão, nomeadamente no mapa de pessoal pela necessidade que tinham de contratar operacionais para as oficinas que estavam a ficar depauperadas de funcionários pois, como era do conhecimento dos membros, estavam a reduzir a contratação de serviços recorrendo o mais possível às capacidades próprias. _____

----Para concluir referiu que se tratava de um bom relatório, que comportava riscos, que nem toda a verba estava disponível, que existiam pagamentos em curso, sendo que a Vereadora Ana Paula Martins estava a verificar seis milhões de euros de compromissos para aferir o que estava ou não executado de modo a que a contabilidade pudesse libertar aqueles valores pois existiam bens que tinham sido adquiridos por valor inferior ao inicialmente previsto, para que no relatório seguinte os valores estivessem certos. A receita tinha aumentado, a despesa total e a despesa corrente diminuído, o que considerava importante. A verba recebida resultante dos impostos tinha aumentado até ao mês

de junho, pelo que veriam qual seria a tendência para o segundo semestre, que já estando a decorrer verificava-se uma quebra. _____

----Terminou afirmando que se tratava de bom relatório, analisado por qualquer prisma que se analisasse a gestão, para um primeiro ano do segundo mandato com as condicionantes que tinha apontado que eram absolutamente verdadeiras. _____

----O Membro Antero Romeira apontou três pontos relativos ao relatório. Verificava-se o aumento da receita por via tanto do IMI como do IMT que, como já tinha referido em sessão anterior, era um imposto que aumentaria exponencialmente e, estando ali apenas a ser contabilizada uma prestação, num orçamentado de seis milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil euros, certamente que iria ser ultrapassado em um milhão de euros cuja estimativa tinha feito na altura, que com uma contenção nas despesas e redução da dívida, pensava que o total seria de dois milhões e setecentos mil euros. _____

----Gostava de saber qual era o saldo de gerência quando o Presidente da Câmara tinha tomado posse na Autarquia. Também, existia algo no Relatório e Contas que lhe tinha chamado à atenção que constava na página vinte e um e passava a ler: *"Em conformidade com o disposto no nº 1 do artº.12 da Lei 43..."* e a questão estava relacionada com o PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, *"...ser acompanhada pela Assembleia Municipal trimestralmente..."* o que pensava não tinha acontecido. _____

----O Presidente da Câmara referiu que na página vinte e um constava a prestação de contas do PAEL.

----O Membro Antero Romeira concordou mas referiu que pretendia chamar à atenção para o facto de mencionar que *"Em conformidade...ser acompanhada pela Assembleia Municipal trimestralmente e através da informação prestada pela Câmara Municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de e execução dos objetivos previstos no Plano..."*. Desconhecia o termo técnico mas tinha sido elaborado um plano, uma candidatura ao PAEL em dezasseis de novembro, no valor de um milhão, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e setenta e oito euros e quarenta e quatro centimos, pelo que questionava relativamente às condicionantes que tinham conduzido a uma redução tão significativa para o valor de um milhão cento e sessenta e cinco mil, setenta e oito euros e vinte e um centimos. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que aquela questão já tinha sido respondida em Assembleia anterior. _____

----O Presidente da Câmara esclareceu que a candidatura ao PAEL tinha integrado uma pequena herança que lhes tinha sido deixada e que consistia num conjunto de quotas de capital social da Sociedade Polis no valor de dois milhões e vinte e cinco mil euros. No ano de dois mil e nove quando tinham tomado posse, tinham sido liquidados quatrocentos e cinco mil euros o que significava uma dívida de um milhão e seiscentos e vinte mil euros, sendo que as prestações estavam vencidas não tendo sido liquidadas, pelo que, procederiam ao pagamento do capital social se as intervenções fossem realizadas. Assim, porque se tratava de uma dívida superior a noventa dias, tinham colocado o valor no PAEL tendo encaminhado a candidatura para a DGAL. Não tinham colocado todo o valor

porque tinham alguma capacidade face à dívida que de curto prazo era superior a seis meses. Tinha colocado o valor da Sociedade Polis porque havia um rácio nos valores permitidos pelo PAEL até cerca de um milhão e oitocentos mil euros, pelo que sendo a dívida de curto prazo entre um milhão e cem e um milhão e duzentos mil euros, tinham tentado colocar o correspondente a duas prestações no valor de oitocentos mil euros que iriam amortizando ao longo de sete anos. _____

---Tinham remetido os dados para a DGAL e, de facto, tinham contratado tendo ele próprio em sessão pública realizada em Lisboa, assinado o contrato no valor de um milhão, setecentos e noventa e oito mil euros. Todavia o Tribunal de Contas tinha questionado relativamente aos oitocentos mil euros sendo que apenas tinha autorizado um milhão, cento e sessenta e cinco mil euros que, como os membros se recordavam, os que ali estavam na altura, tinham tido que analisar e validar o contrato por duas vezes. _____

---Do milhão, cento e sessenta e cinco mil que tinham recebido, se verificassem no mapa do endividamento, página vinte, encontrava-se a rubrica dos contratos não excecionados, PAEL, onde constava em junho, uma dívida de novecentos e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e oito euros. O PAEL era liquidado em prestações semestrais, sendo que iam liquidando cerca de oitenta mil euros por ano pois tinham contratado aquela verba com pagamento a sete anos com juros a três por cento o que lhes tinha parecido uma boa operação de tesouraria até porque, na altura, estavam com alguma dificuldade na liquidez que o PAEL tinha melhorado, porque as faturas tinham sido todas pagas passando a existir capacidade de endividamento. Presentemente, o valor era de novecentos e noventa e oito mil euros, ou menos porque estaria outra prestação ou liquidada ou para liquidar dentro de dias de cujo relatório se encontrava na página vinte e um. _____

---O PAEL tinha um conjunto de medidas de salvaguarda que, na prática, a DGAL queria saber como a Câmara liquidaria uma vez que não tinha receita e estava com dificuldades, razão porque estava a contratar um empréstimo. Assim, tinham tido que elaborar um documento de gestão que tinha ali sido apresentado, e que incluía uma taxa turística e o aumento do IMI para zero vírgula cinco por cento em setembro. Contudo, como não tinham necessidade dos dois milhões de euros que correspondiam à diferença das receitas do IMI, tinham baixado a taxa para zero vírgula quatro por cento como, seguramente, os membros se lembravam. O que estava a acontecer era que não estavam a necessitar de recorrer às medidas que constavam no plano para conseguirem o cumprimento integral para com a DGAL que também não questionava sobre a sua aplicação e não o fazia, certamente, porque estavam a cumprir todos os indicadores e a liquidar integralmente o estabelecido, sendo que o Secretário do Estado da Administração Local, na última reunião realizada na CI-AMAL até tinha aconselhado a continuidade da liquidação das prestações do PAEL porque como referia, e bem, os juros do empréstimo não iriam permanecer sempre baixos, pelo que, se possível, até era conveniente efetuarem amortizações. Assim, verificando-se uma situação como a referida até podiam considerar a

amortização total dos novecentos e noventa e oito mil euros por forma a se libertarem daquele empréstimo contratado a sete anos. _____

----Para terminar, o Presidente da Câmara referiu que, na prática, não o necessitavam e a DGAL não questionava porque não tinha questões, pois não estavam numa situação limite, o que acontecia com as Câmara em desequilíbrio que tinham tido que aumentar o IMI para zero vírgula cinco por cento e lançar um conjunto de medidas que estavam num plano sufragado. A Câmara de Tavira tinha um conjunto de medidas que estava a aplicar, pelo que a DGAL não questionava relativamente a qual o imposto ou taxa criada, que regulamentos tinham sido alterados mas, obviamente, que para ter sido aprovado tinham tido que elaborar um plano que não estava a ser necessário pois tinham conseguido, até ao presente, resolver os compromissos. _____

----O Membro Antero Romeira insistiu sobre qual era o saldo de gerência. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que tinha uma boa memória mas não se recordava qual o saldo de gerência no ano de dois mil e nove. Sabia que no ano anterior tinha sido de cinco milhões e trezentos mil euros, há dois anos, cerca de dois milhões de euros sendo que previa valor idêntico para o corrente ano desconhecendo qual o valor que iria incorporar o orçamento. _____

----O Membro Brandão Pires afirmou que era um fã incondicional da área financeira da Câmara Municipal de Tavira que, sempre que os documentos ali eram apresentados, se sentia na obrigação de referir algo positivo. Também era fã da área cultural por considerava que eram duas áreas muito fortes da Câmara. _____

----O Relatório e Contas era a todos os títulos louvável por várias razões e denotava alguns sinais relativamente aos quais julgava que se deviam congratular por estarem a acontecer. Desde logo o rigor pois denotava o rigor orçamental na elaboração do orçamento que, mais uma vez, os valores da execução balizavam-se próximo de metade dos valores da previsão, sendo que encontrando-se a metade do ano, os valores estavam mais ou menos acertados o que significava que tinha havido bastante rigor na elaboração do orçamento. Depois, haviam sinais claramente positivos como o crescimento das receitas correntes, que não sendo mérito da Câmara, traduziam algum ânimo da economia significando melhorias para Tavira. Aquela situação não se verificava em todas as zonas mas, felizmente, estava a ocorrer no Concelho de Tavira. Simultaneamente e ao contrário do que muitas vezes acontecia quando as receitas cresciam, as despesas correntes estavam a diminuir o que também representava um sinal bastante positivo que o primeiro semestre revelava. Felizmente e curiosamente as despesas de capital estavam a aumentar o que considerava bom já que as Câmaras existiam para realizar investimentos para os munícipes. _____

-----Para concluir, referiu que a corroborar aquela situação a dívida do Município estava a baixar substancialmente e, curiosamente estava a baixar mais a dívida de curto prazo como considerava que deveria de ser, mas também estava a baixar a dívida a médio e longo prazo, portanto, mais uma vez e não sendo favor nem era essa a sua postura naquela Assembleia ou qualquer outro lugar, era com

muito prazer que corroborava e fazia ali nota positiva do trabalho que estava a ser desenvolvido pela Câmara Municipal no domínio financeiro pois conhecia os números de outras Câmaras, os números do Estado, os números de outras entidades e, analisando a evolução que tinha ocorrido e, os relatórios deviam ser elaborados comparativamente com situações do passado, períodos homólogos, considerava sinceramente que a Câmara Municipal estava a efetuar um trabalho muito, muito louvável. _____

---O Presidente da Câmara disse que era escusado o Membro Antero Romeira ficar sem resposta pois já que levavam o computador informava que o saldo de gerência do ano de dois mil e dez, o primeiro ano em que era Presidente da Câmara, tinha sido no valor de um milhão, cento e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro euros e quarenta e um cêntimos. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções passou ao ponto número quatro referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 161/2014/CM, referente ao Regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia – versão final. _____

---O Presidente da Câmara informou que se tratava da versão final. Já tinham apresentado em Reunião de Câmara e, na prática, referia-se à alteração, relação de toponímia e numeração de polícia versão final. Já tinha sido submetida a consulta pública não se tendo verificado qualquer contributo, sendo por isso aquela a versão final do documento que tinha que ser apresentado para votação por parte da Assembleia Municipal. _____

---Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 163/2014/CM, referente ao Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado liberalizado, ao abrigo do Acordo Quadro da CC – AMAL – Lote 5 Lote compilado (BTN, BTN-IP) – relatório final – Decisão de adjudicação e assunção de compromissos plurianuais. _____

---O Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma repartição de encargos plurianual. Presentemente a Câmara despendia um valor elevadíssimo em eletricidade para consumo interno e iluminação pública, ou seja, baixa tensão normal e iluminação pública. _____

---Até ao nono mês do ano de dois mil e dezassete, iriam despende dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte euros em iluminação pública cujo valor era muito relevante sendo certo que apenas de iluminação pública, eletricidade paga à EDP-Eletricidade de Portugal, por ano, iriam gastar cerca de oitocentos mil euros o que considerava muito elevado. Estavam a solicitar ao Governo que baixasse para seis por cento o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado da iluminação pública, que não cedia, pelo que iriam ter que continuar a pagar a vinte e três por cento como qualquer cidadão mesmo tendo que colocar iluminação onde deveria de ser o Estado a fazê-lo, nomeadamente portos, pois era a Câmara que colocava todas as luminárias. _____

----A Membro Muriel Dias questionou relativamente aos cortes de luz que vinham a acontecer na cidade, se tal se devia a uma diminuição da despesa tendo sido visível algum resultado positivo ou não, porque sabia que a partir das cinco horas da madrugada existiam muitas urbanizações que ficavam na escuridão. Assim, pretendia saber se tinha sido positivo e se estavam a ponderar continuar com as luzes desligadas na cidade. _____

----O Presidente da Câmara referiu que já há dois anos e meio tinham concertado com os Presidentes das Freguesias das zonas rurais, GNR – Guarda Nacional Republicana e PSP – Polícia de Segurança Pública um conjunto de intervenções no sentido de diminuir as luminárias, luz e potência, e os relógios astronómicos pudessem ser regulados. O que acontecia muitas vezes era que no local onde existiam relógios, que funcionavam pelo círculo solar, no dia em que estivesse nublado tinham que ser acertados. Obviamente que não pretendiam que ninguém estivesse às escuras e estavam disponíveis para acertar onde fosse necessário. Tinha-se verificado acertos pontuais conforme as necessidades e identificação. _____

----Costumava dizer que a urbanização onde morava de Inverno estava sempre às escuras, contudo existiam efeitos naquelas medidas, não dos apagões porque esses não existiam conforme tinha ficado definido com a GNR e PSP não se verificando apagões generalizados. O que faziam era desligar a luz mais cedo, quinze minutos de manhã, sendo que também ele verificava quando tinha que sair de casa pelas cinco da madrugada para ir, por exemplo, para Lisboa e, não tendo ainda nascido o sol, podia estar algo escuro em algumas urbanizações. Porém, era uma situação que tentavam acertar também em função da segurança das pessoas, sendo que todas aquelas medidas já tinham implementado há mais de dois anos, pelo que, verificando-se que uma urbanização estava apagada mais cedo, veriam para que houvesse razoabilidade na questão. _____

----A Membro Muriel Dias referiu que do Centro de Saúde até à Estação da CP, e morava naquela zona, até ao nascer do sol não existia iluminação a não ser quando chegassem à Estação. _____

----O Presidente da Câmara reiterou que aquelas eram um conjunto de medidas que, tendo a luz aumentado por efeito do IVA ter passado de seis para vinte e três por cento, acrescido do acerto de quatro por cento de aumento no tarifário o que correspondia a um aumento total de vinte e um por cento. Tinha um grupo de trabalho constituído na Câmara que uma das funções era trabalhar para a redução da fatura energética com medidas ativas nalgumas das quais se tinha verificado a redução das luminárias cujos processos tinham sido ali apresentados, para que, também tivessem a potência reativa como a redução da potência das luminárias na EN125 que já existia, tendo as lâmpadas sido substituídas e mais um conjunto de outras medidas. _____

----Para concluir referiu que podia afirmar que analisados os resultados no ano seguinte à adoção daquelas medidas e tendo a fatura aumentado vinte e um por cento, o valor de aumento verificado na fatura da Câmara Municipal tinha sido entre os seis a sete por cento. Tratavam-se pois de situações concretas que resultavam ao nível da faturação energética. Quanto aos apagões estes não existiam

pelo que teriam que verificar pontualmente as situações pois não pretendiam que existisse um sentimento de insegurança. O Vereador José Manuel Guerreiro poderia aferir o que se estava a passar.

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 164/2014/CM, referente ao Ajuste direto para a contratação de serviços de comunicações móveis de voz e dados terrestres – Assunção de compromisso plurianual. _____

---O Presidente da Câmara referiu que basicamente se tratava do valor que tinham previsto para uso dos telemóveis da Câmara. Tratavam-se de contratos certos a três anos devidamente negociados e contratados para todos os telemóveis existentes na Câmara com os da Vereação, que obviamente estavam incluídos. _____

---A Membro Muriel Dias mencionou que ficava satisfeita por ter sido lançado um ajuste direto para a contratação daqueles serviços visto que na despesa apresentada pela Câmara existia uma situação que os tinha marcado e se referia ao aumento efetivo das comunicações de sessenta e três por cento, que consideravam um valor muito elevado, tendo esta passado de sessenta e sete mil euros para cento e dez mil euros. Assim, esperava que aquele contrato se constituísse como uma mais-valia para a Câmara Municipal por forma a ajudar a baixar aquelas despesas que tanto os preocupava. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que seguramente iria baixar mas tinha que referir que na rubrica de publicidade, que geralmente era a utilizada para se envaidecerem, tinha baixado setenta e um mil euros. Quanto às comunicações, seguramente que os valores iriam melhorar. _____

---Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Para cumprimento da Ordem de Trabalhos passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 165/2014/CM, referente à Atribuição de apoio à Freguesia de Tavira (Santiago e Santa Maria) – reparação de máquina niveladora. _____

---O Presidente da Câmara referiu que quando tinham sido assinados os acordos de execução tinham deixado a salvaguarda de que existia a possibilidade de, extraordinariamente e quando considerassem que era devidamente comprovado, poderia haver um apoio extraordinário para qualquer freguesia que, naturalmente, tinha que ali ser apresentado. A máquina niveladora da Freguesia de Tavira tinha avariado que, seguramente, não era apenas o resultado de um trabalho de desgaste dos últimos seis meses pois tinha um conjunto de problemas. O seu arranjo tinha um custo inicial de onze mil euros tendo sido atualizado para catorze mil euros, pelo que relativamente ao que tinha sido apresentado a Junta de Freguesia iria ter que suportar a diferença. _____

---Sempre tinham referido que pontualmente poderia ser decidida a atribuição de um apoio quando considerassem ou verificassem que se tratava de uma despesa extraordinária. A benfeitoria a que estavam a referir-se constituía-se na necessidade do bem e, obviamente os valores das próprias Juntas

de Freguesia. Naquele caso e considerando que a niveladora fazia intervenções não apenas em Santa Maria mas noutros locais e estando presentemente parada, era a niveladora que estava encarregue à Câmara que era usada para a execução de um trabalho absolutamente necessário para a preparação no novo ano. O arranjo da niveladora da Junta de Freguesia era necessário até para que o gasóleo fosse suportado pela Junta de Freguesia ao contrário do que acontecia presentemente que era suportado pela Câmara. _____

---Reafirmou que a niveladora era absolutamente necessária, que apesar de velha ainda funcionava bem, nomeadamente para as freguesias onde era necessária para o arranjo dos caminhos. Por aquelas razões tinham considerado plenamente justificável, sendo que o mesmo procedimento seria aplicado a todas as Freguesias sempre que assim o considerassem. _____

----O Membro José Mateus referiu que pretendia prestar um pequeno esclarecimento sobre a niveladora que pertencia à Junta de Freguesia há cerca de um ano. A máquina tinha um problema que já trazia porque, simplesmente, não tinha havido verba para proceder à sua reparação tendo continuado a trabalhar com ela. Entretanto as folgas que tinha e que necessitavam de reparação, não tendo sido reparadas em tempo pela falta de verba, agravadas com o facto de se ter partido uma outra peça, ainda mais importante, tinha alterado o orçamento dos onze para catorze mil euros. _____

----O Membro João Carvalho mencionou que era por desconhecimento que formulava aquela questão mas pretendia saber se tinha sido equacionado a aquisição de uma niveladora nova, já que iam gastar catorze mil euros numa niveladora velha. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que tinham ponderado, contudo o preço de uma niveladora nova seria de cerca de duzentos mil euros. Em determinada altura tinham equacionado a questão mas a Câmara não tinha capacidade para gastar aquela verba, pois sendo uma máquina substancialmente cara, tinham considerado que valia a pena concertar a existente que ainda poderia durar mais algum tempo. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O ponto número oito referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 166/2014/CM, referente ao Contrato-programa para a Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira. _____

----O Presidente da Câmara explicou que se tratava de um contrato que tinha que ter a aprovação da Assembleia Municipal para ser remetido ao Tribunal de Contas para verificação. _____

-----Tratava-se de um contrato já existente que no momento estava a terminar. Podiam ter elaborado um contrato com maior duração, cinco ou dez anos, tendo a TaviraVerde proposto dez anos, mas tinha considerado por bem que o aquele contrato se deveria cingir aos três anos que correspondiam ao tempo do mandato, para que não fosse à *la longue*, porque desconhecia o que iria acontecer, até porque como na troca de impressões com o Membro Antero Romeira, teriam que verificar o desenvolvimento das questões, pelo que, iriam dando pequenos passos porque as questões mudavam

e poderia surgir uma outra perspetiva, outra circunstância, razão porque lhe parecia ser aquele o tempo adequado para terem um contrato de gestão dos verdes que vigoraria até ao final do mandato, pois não pretendiam onerar demasiado o futuro porque os municípios não o podiam fazer tendo que ter contratos úteis. Seguramente que os membros reconheciam que tinham que ter os verdes cuidados, um ou outro melhor, mas estava crente que reconheciam que Tavira era uma cidade que estava mais ou menos bem tratada. _____

---Tinham sido incorporados novos espaços verdes e continha uma novidade relativamente ao contrato anterior, de cerca de um milhão e cinquenta mil euros que correspondiam praticamente ao valor do inicial. Pagavam o IVA a vinte e três por cento e, no ano transato, para contratos daquele género com empresas municipais tinha sido produzida uma informação vinculativa em que o IVA não era devido, sendo que não podendo ser deduzido, tinha havido a necessidade de elaborar um novo estudo económico-financeiro porque, seguramente, o Tribunal de Contas iria analisar as várias vertentes, o facto de se tratar de uma empresa municipal, o estudo económico-financeiro e a justificação. Certamente que iria formular um conjunto de questões sendo que esperava obter o visto como tinha acontecido no anterior que tinha o valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros anuais para o tratamento dos verdes. _____

----Haviam alguns espaços verdes que não estavam contemplados tendo sido incorporados no contrato. Tratava-se de espaços relativamente aos quais não pagavam a água pois estavam a contratar espaços verdes, água para esses espaços e o seu tratamento por um valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros. Se o questionassem sobre se considerava o custo muito elevado, diria que sim, mas tinha total certeza de que os preços de mercado seriam mais elevados. O que estavam a fazer era justificar a gestão perante a Assembleia Municipal e posteriormente Tribunal de Contas cujo valor continha a incorporação dos materiais e outros, sendo por isso o valor adequado para a realização de serviço público para que a empresa não perdesse dinheiro e que a Câmara não pagasse com o lucro, obviamente com alguma margem que poderia existir. _____

----Para concluir, referiu que aquela era a alternativa que, na opinião do Executivo acautelava o interesse público porque a Câmara não dispunha de meios para tratamento daqueles espaços por, em determinada altura estes terem sido transferidos para a TaviraVerde. A Câmara não dispunha de maquinaria, pelo que iriam batalhar junto ao Tribunal de Contas para a manutenção daquele contrato que, na prática, era uma renovação por valores semelhantes. Tratava-se praticamente de uma repriminção do que já existia com um ou outro acerto, mais metros quadrados para tratamento que, obviamente, pretendiam pagar mas considerava impossível pagar mais. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não haver mais intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezanove votos a favor e oito abstenções. _____

----Para terminar a Ordem de Trabalhos passou ao ponto número nove que se tratava do ponto que tinha sido aditado e se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número

170/2014/CM, referente à 10-Emp/14 – Reformulação do sistema solar térmico nas piscinas municipais de Tavira – Assunção de compromisso plurianual que, na prática, se tratava de dividir o encargo em cinco mil, novecentos e um euros e trinta e um cêntimos para o ano de dois mil e catorze e trinta mil e oitocentos euros para o ano de dois mil e quinze. _____

----O Presidente da Câmara referiu que aquela proposta tinha sido decidida na Reunião de Câmara daquele mesmo dia e que se referia a uma obra que tinha indicado no ponto número um, informação, para a colocação de painéis solares, sendo por isso a repartição de encargos para a obra poder ser executada no corrente ano e início do seguinte. Era uma intervenção financiada a sessenta e cinco por cento pelo que grande parte da verba que iam investir seria recuperada. _____

----Não havendo questões, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou à leitura das minutas que colocadas a votação foram todas aprovadas por unanimidade. _____

----Referiu que não tinha chegado ao secretariado qualquer pedido de inscrição do público, sendo que haviam cidadãos que pretendiam usar da palavra. Tinha solicitado que se inscrevessem mas como não o tinham feito pedia que se identificassem. _____

----O Município José Duarte referiu que era morador em Santa Luzia e que estava ali em representação de um conjunto de moradores e proprietários. Em vinte e nove de maio do ano de dois mil e catorze tinha remetido um correio eletrónico ao Vereador João Pedro Rodrigues a propósito da Urbanização Açoteias do Barril. Tinha colocado algumas questões que passava a ler: *"Dado o evidente mau estado das áreas públicas,..."* e estava a referir-se à parte nova de Santa Luzia, junto ao Bairro dos Pescadores para o lado de Pedras D'el Rei, *"...nomeadamente dos arruamentos, do arvoredor, dos espaços de cedência ao Município e a ausência da execução do Jardim Público..."* formulava as seguintes questões: *"De quem é a responsabilidade do atual estado"* e *"Quando é construído o Jardim Público"*. _____

----No dia três de julho de dois mil e catorze tinha recebido a resposta dos serviços de urbanismo que dizia o seguinte: *"Na sequência do seu e-mail datado de vinte e nove de maio, informamos que a manutenção e limpeza dos arruamentos é da responsabilidade da Câmara Municipal e que a manutenção, limpeza e execução dos passeios e espaços verdes são da competência da empresa promotora do loteamento."* Assim, queria relembrar que aquele loteamento existia há mais de dez anos sendo algo estranho que no final de todo aquele tempo fosse o urbanizador o responsável por efetuar a manutenção das áreas públicas, que não fazia. Portanto, a urbanização estava ao abandono sendo degradante verificar os passeios, os arruamentos, os espaços de cedência e os espaços que não tinham sido vendidos cheios de mato, sendo que alguma coisa tinha que ser efetuada. _____

----Tinha formulado aquelas questões e portanto renovava-as ali querendo saber de quem era a responsabilidade do atual estado da Urbanização e quando seria construído o Jardim Público. _____

----O Município Jorge Pereira referiu que pretendia falar sobre o grande evento que tinha sido a Feira da Dieta Mediterrânica mas que o Membro Brandão Pires já o tinha feito. Contudo, pensava que se

teria esquecido de mencionar questões de estacionamento como os três ou quatro lugares que a Câmara tinha colocado em frente à loja "Tavilar", que sendo uma obra não tinha ali sido mencionada. Também gostava de abordar a questão relativa à tarifa única que se fosse igual à das bancas do peixe no Mercado Municipal seria boa e aceitavam-na. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que a questão não tinha sido muito perceptível. _____

----O Município explicou que relativamente às bancas do peixe, segundo constava, não havia lugar ao pagamento de qualquer tarifa sendo estas gratuitas. Os talhos pagavam, as lojas pagavam mas as bancas do peixe não pagavam tarifas, sendo que talvez não fossem comerciantes ou não estivessem no Mercado. _____

----O Presidente da Câmara respondendo ao Município José Duarte, informou que o Vereador João Pedro Rodrigues lhe tinha dado conta de que a Urbanização não tinha sido recebida pelo que teriam que analisar a questão pormenorizadamente. _____

----Quanto ao jardim podia desde logo responder que desconhecia quando seria feito, porque não se conseguia comprometer naquele momento com uma responsabilidade que podia ser primária do urbanizador. Podia apenas referir que a limpeza da urbanização o preocupava, pelo que iriam averiguar para que existisse limpeza na Urbanização o mais rapidamente possível. _____

----O Município José Duarte referiu que após o envio do correio eletrónico a limpeza tinha sido efetuada, nomeadamente tinham sido retirados os montes de entulho que lá estavam a ser depositados ao longo dos anos. Todavia, a limpeza tinha provocado que todos os ratos que se encontravam metidos no entulho e arbustos se tivessem dirigido para as habitações mais próximas, pelo que seria necessário algum cuidado com situações daquela natureza. Não sabia se consequência do envio da sua comunicação ou não, mas passadas três ou quatro semanas tinha sido limpo, nomeadamente os espaços públicos que se encontravam nas traseiras do edifício da Junta de Freguesia, porém quando era efetuada a limpeza teria que haver algum cuidado com os ratos. _____

----O Presidente da Câmara afirmou que ficasse claro que a Urbanização não tinha sido recebida porque em determinada altura tinha surgido um conjunto de problemas com as urbanizações, não sendo aquela caso único. _____

----Quanto ao jardim, como já tinha dito, mantinha que não sabia quando seria executado. Relativamente à limpeza, ervas, mato, capim que geralmente começava a nascer nas urbanizações privadas a Câmara notificava para limpar, porque o primeiro processo seria limpar. Assim, analisariam o processo por forma a conseguirem dar alguma dignidade ao espaço, tanto mais que até sabia que lá existia um urbanizador que pretendia retomar a atividade muito brevemente podendo criar ali alguma movimentação. Considerava que a Câmara tinha que limpar, quanto aos ratos teriam que averiguar. _____

----O Município José Duarte questionou sobre se aquelas questões estavam todas relacionadas com a entrega da Urbanização, ao que o Presidente da Câmara respondeu que obviamente assim era. _____

----O Múncipe insistiu que tendo o alvará sido emitido há dez anos ou mais a urbanização ainda não tinha sido entregue. _____

----O Presidente da Câmara esclareceu que a Comissão de Receção das Urbanizações apenas recebia as infraestruturas se elas tivessem terminadas sendo um problema de urbanismo. Contudo, se existia um conjunto de urbanizadores que tinham abandonado as intervenções, a Câmara não se podia substituir ou tomar posse porque as condições não estavam reunidas e, obviamente, que era um problema para os moradores pois tinham ali garantias, pelo que, pelo menos a limpeza do espaço tratariam mas o acautelar as infraestruturas já era um problema que não era único pois tinham vários que felizmente iam conseguindo resolver. Confessava que não conhecia em pormenor aquela questão, mas iriam tentar visitar o assunto por formar a conseguirem resolver, à exceção do jardim que considerava não terem condições para o fazer. Contudo, era uma questão a verificar de acordo com o projeto inicial. ____

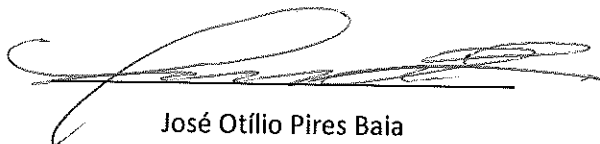
----O Múncipe José Duarte referiu que este estava diretamente implicado com os serviços municipais.

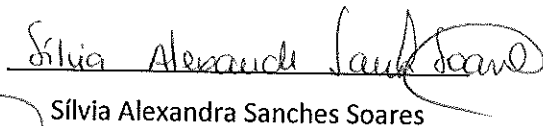
----O Presidente da Câmara respondeu que, no momento, não tinha condições para acrescentar mais dados porque tinha que analisar o processo. _____

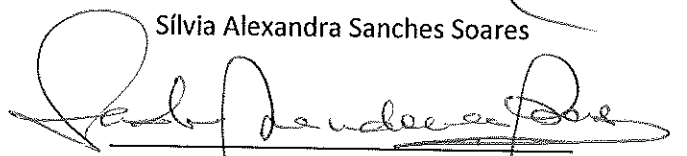
----Quanto à intervenção do Múncipe Jorge Pereira referiu que tinha dado uma boa sugestão. _____

----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,


José Otílio Pires Baía


Sílvia Alexandra Sanches Soares


Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE PESAR

Nascido em 10 de agosto de 1928 em Santa Luzia, o cidadão Vitalino José dos Reis Silva era uma figura reconhecida nos meios da oposição ao regime quando integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira, presidida por José António dos Santos, desde 16 de Outubro de 1974 até à posse do executivo eleito nas primeiras eleições autárquicas em Democracia.

Na sua vida profissional, foi um empresário dinâmico em vários setores de atividade, primeiro em Angola e depois em Portugal, contribuindo para a internacionalização das pescas tavirenses, através do comércio e exportação de peixes e mariscos, integrou a estrutura societária da primeira unidade fabril do antigo Parque Industrial de Tavira e dedicou-se a vários projetos de urbanismo, como promotor imobiliário.

Membro do Movimento Democrático Português- Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), uma das mais importantes organizações políticas da oposição democrática ao Estado Novo, Vitalino José dos Reis Silva tornou-se militante de primeira hora do Partido Socialista e abandonou-nos no dia 9 de setembro do corrente ano, estando já há muito afastado da vida pública por razões de saúde.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de setembro de 2014, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Vitalino José Reis Silva;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

Aprovado, por e em Minuta.

Doc. nº 1

[Handwritten signature]



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE PESAR

O cidadão tavirense Vítor Manuel Castela Alexandre integrou a coluna militar da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, sob o comando de Salgueiro Maia, que participou na Revolução do 25 de Abril com a missão de instalar-se em Lisboa e controlar os acessos ao Banco de Portugal, Companhia Portuguesa Rádio Marconi e Terreiro do Paço.

Durante a evolução dos acontecimentos, sempre com o apoio entusiástico da população lisboeta, a coluna acaba por ocupar o Largo do Carmo e tomar o Quartel-General da Guarda Nacional Republicana, onde estava refugiado o Presidente do Conselho de Ministros, contribuindo de forma relevante para o sucesso da Revolução.

Na sua vida profissional, foi um empresário dinâmico em vários setores de atividade, prosseguindo a atividade da família, através do alargamento da rede de estabelecimentos comerciais MEALHA a toda a região do Algarve, nunca deixando de apoiar a atividade associativa da sua freguesia da Luz de Tavira e do concelho de Tavira.

Cidadão independente, integrou a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal entre 1993 e 1997, e faleceu no dia 9 de setembro, vítima de doença súbita.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de setembro de 2014, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Vítor Manuel Castela Alexandre;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

Aprovado, por e em Minuta.



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

MANUTENÇÃO DO REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 1 EM TAVIRA

Após a extinção do Regimento de Infantaria de Faro, no final do século XX, só em abril de 2008 a população da Região do Algarve, viu satisfeita a sua aspiração de voltar a ter uma Unidade Militar do Exército.

O Regimento de Infantaria N.º 1 (RI1) é a unidade militar constituída mais antiga em Portugal, cujas origens remontam a 1648, assegurando desde então uma presença de proximidade e constituiu-se com uma referência junto dos cidadãos e um colaborador próximo das Forças e Serviços de Segurança e sobretudo um Agente de Proteção Civil imprescindível.

Este facto foi evidenciado publicamente em maio de 2011, no momento em que o RI1 foi agraciado com a medalha de Mérito de Ouro do Município de Tavira, face aos relevantes atos praticados junto da população do Concelho e do Distrito, em apenas 3 anos de implementação.

De acordo com os últimos Censos residem no Algarve cerca de 451.000 habitantes, aos quais, acrescem todos quantos mantêm segunda habitação na região. Enquanto destino turístico de excelência, recebe, anualmente, mais de 5 milhões de turistas. A expressão destes quantitativos resulta em impacto na economia da Região e do País, sendo necessário continuar a consolidar a imagem da Soberania Nacional e da segurança, que o Algarve tem vindo a conquistar, nas duas dimensões (safety e security), junto daqueles que nos incluem nos seus roteiros de lazer.

Considerando que, no domínio da Proteção Civil, o RI1 assume-se como um parceiro estratégico na defesa dos cidadãos que residem ou visitam o Algarve, mas sobretudo na capacidade de intervenção em situações de acidente grave ou catástrofe, nomeadamente:



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira

- a) Apoio às populações mais isoladas (através da realização de exercícios táticos nesses locais);
- b) Apoio às atividades de silvicultura preventiva (em vários concelhos do Distrito);
- c) Participação ativa no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), nomeadamente nas ações de Patrulhamentos e Vigilância, protocolados com diversos Municípios do Algarve, bem como nas ações de rescaldo e consolidação da extinção;
- d) Alojamento pontual de desalojados;
- e) Apoio nas demais iniciativas no âmbito das áreas de segurança e proteção civil promovidas na Região.

A dimensão do contributo do RI1 na estrutura do DECIF pode ser medida através dos bons resultados resultantes dos protocolos com a Câmara Municipal de Monchique, materializados em ações de vigilância, dissuasoras e pedagógicas, os quais serviram de charneira para a celebração de idênticos protocolos em outras áreas vulneráveis do país, alargado progressivamente a outros Municípios do Algarve, envolvendo igualmente o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Considerando que o Algarve está distante de qualquer reforço imediato, em situações de exceção, o RI 1 merece ainda destaque na intervenção das equipas do seu contingente em ações de vigilância e consolidação da extinção dos incêndios florestais e em todas as operações mais significativas que se registaram na Região, desde o ano de 2008.

Sublinhando que, a Região do Algarve é extremamente vulnerável ao risco sísmico, e que, em caso de ocorrência de um evento desta natureza, que afete toda a região em simultâneo, o RI1 poderá constituir uma das únicas forças de primeira resposta, podendo efetivamente salvar muitas vidas.

Exemplos como o apoio logístico aos APC e Entidades Cooperantes (EC), assim como a manutenção da lei e da ordem pública, serão fundamentais para uma resposta mínima em situações de emergência e de reposição da normalidade da vida das populações afetadas, o que não acontecerá, com certeza, com o mesmo grau de prontidão e tempo de resposta, caso esta unidade cesse atividade na Região do Algarve.

A redução desta Unidade militar (Regimento), a concretizar para Destacamento, irá representar uma redução na capacidade operacional do Distrito, quer em operações de proteção e socorro, quer na resposta a situações excecionais de alteração da ordem pública, tal como anteriormente ficou comprovado, nos anos em que o Exército permaneceu no Quartel a Tavira de forma residual.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de setembro de 2014, delibera:

1. Face ao exposto e atendendo ao rumores que circulam na região, os quais indiciam a deslocação do RI1 e constituição de um destacamento na cidade de Tavira, manifestar a nossa oposição a esta medida, em defesa do bem-estar e salvaguarda da população – apanágio da Instituição Militar;



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira

2. Solicitar ao Ministério da Defesa Nacional que seja equacionada outra solução, face às relevantes mais-valias que a presença do Exército representa para a Região do Algarve, nomeadamente através da colocação da engenharia militar com carácter permanente, para que, com maior prontidão, seja possível responder às necessidades comprovadas e sentidas transversalmente na Região.
3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa Nacional, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve e Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve; e,
4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Aprovado, por e em Minuta.